

O LIVRO DO GESTOR PÚBLICO

A Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap) e a Imprensa Oficial lançaram ontem, no auditório da Fundap, o *Dicionário de Políticas Públicas*. A edição é um trabalho dos pesquisadores Geraldo Di Giovanni, do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (Nepp) da Unicamp, e Marco Aurélio Nogueira, diretor do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da Unesp.

Fundap e Imprensa Oficial lançam Dicionário de Políticas Públicas, obra pioneira no mercado editorial sobre administração pública no País

Com 1,1 mil páginas e tiragem inicial de 300 exemplares, a obra é dividida em dois volumes e custa R\$ 90, podendo ser adquirida na Livraria Virtual da Imprensa Oficial (veja abaixo). Segundo seus organizadores, é um guia de abrangência nacional que preenche importante lacuna no mercado editorial e acadêmico sobre o tema das políticas e da administração pública no País.

No total, 180 autores assinam as definições. A maioria é formada por acadêmicos de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. São vinculados a universidades estaduais (USP, Unesp, Unicamp) e federais – UnB, UFMG, UFBA, UFPE, UFPR, UFRJ, UFRGS e centros de pesquisa e fundações – FGV, Ipea, Fundação Oswaldo Cruz, Cebrap e IBGE.



Geraldo Di Giovanni (Unicamp) e Marco Aurélio Nogueira (Unesp), os organizadores do *Dicionário de Políticas Públicas*

Nova carreira pública – Mônica Maluf, técnica e assessora da diretoria executiva da Fundap, conta que o livro é um desdobramento do primeiro Curso de Formação para Especialistas em Políticas Públicas do Estado. A capacitação de quatro meses foi ministrada pela Fundação no segundo semestre de 2009 e objetivava a preparar o grupo de ingressantes no serviço público para a nova função que iriam executar na administração paulista.

Na época, a Fundap elaborou material didático com uma lista que incluía os principais termos técnicos da área, muitos dos quais também eram expressões de uso cotidiano. A responsabilidade pela redação ficou a cargo de dois professores, que depois se tornariam os organizadores do conteúdo do livro.

A obra foi depois complementada com o trabalho dos 180 colaboradores e dos 40 técnicos da Fundap, ao longo de dois anos. Finalmente, houve a parceria com a Imprensa Oficial, incumbida da produção editorial (capa, projeto gráfico e distribuição).

Marco Aurélio Nogueira, um dos organizadores, comenta que o mais importante é fornecer à sociedade um material de referência único, capaz de oferecer parâmetros e orientar políticas públicas. “Todo cidadão, servidor público ou não, é afetado por esse tipo de questão. Assim, a ideia é dar subsídios técnicos e científicos para o debate e favorecer a tomada de posições conscientes e equilibradas”, explica o professor de Teoria Política.

José Alexandre Pereira de Araújo, diretor de gestão de negócios da Imprensa Oficial, explica que se surpreendeu com a grande procura pelo Dicionário. Prevê, para o segundo semestre, uma segunda tiragem de 700 exemplares e revelou a intenção de relançá-lo nos próximos meses, em três Estados diferentes. “O livro vai estar disponível na rede de livrarias conveniadas da empresa”.

Rogério Mascia Silveira
Da Agência Imprensa Oficial

SERVIÇO

Livraria Imprensa Oficial – <http://livraria.imprensaoficial.com.br>

A evolução da Jucesp em livro

A Junta Comercial do Estado (Jucesp), da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, lançou nesta semana relatório de atividades, destacando suas principais ações realizadas desde 2011. Publicada *on-line* com o título *Nasce uma nova Jucesp*, a obra de acesso gratuito conta o processo de reestruturação interna e traz estatísticas do registro empresarial e das principais ações adotadas no período.

A essência do relatório é apresentar as mudanças decorrentes da LC n° 1.187, vigente desde setembro. A legislação propiciou à Jucesp pôr em prática reforma orgânica, funcional e administrativa. O objetivo, de acordo com seus gestores, foi o de desburocratizar procedimentos e estimular o empreendedorismo, a partir de registros eletrônicos e legalização *on-line* de empresas de forma rápida e integrada.

Atuação ampliada – A nova LC também estendeu as atribuições da Jucesp – em breve, o órgão passará a ser integrador estadual da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios. Outro viés da mudança foi o fortalecimento da corregedoria, criação do conselho consultivo e da ouvidoria, ampliação dos órgãos colegiados de decisão, adoção de novos procedimentos para distri-



buição e decisão dos processos de competência dos vogais e a integração dos processos da Jucesp com o Sistema Integrado de Licenciamento, que conecta as prefeituras aos órgãos estaduais de licenciamento.

São Paulo é Estado líder do *ranking* do Departamento Nacional de Registro de Comércio. Responde por 42,3% do total de processos movimentados pelas juntas comerciais do País. Minas Gerais aparece em 2º com 11%, seguido por Paraná (6,5%) e Rio Grande do Sul (6,2%).

Rogério Mascia Silveira
Da Agência Imprensa Oficial

SERVIÇO

Cópia e leitura do relatório:
www.jucesp.fazenda.sp.gov.br/downloads/nasce_uma_nova_jucesp.pdf

Jucesp passa a emitir CNPJ

A Junta Comercial passou a emitir o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), disponibilizado com o Número de Inscrição no Registro de Empresas (Nire). A iniciativa é resultado de convênio com a Receita Federal. O serviço está disponível na sede, nos 24 escritórios regionais e nos 73 postos de serviços da Jucesp. Interessado em abrir uma empresa não precisa mais aguardar o deferimento do Nire na Jucesp para somente então solicitar o CNPJ em um posto da Receita Federal. Os documentos serão analisados simultaneamente pelos servidores da Jucesp. Na prática, o empreendedor paulista passa a obter o Nire, o CNPJ e a Inscrição Estadual (IE), da Secretaria da Fazenda, num único processo.

A expectativa é que a medida reduza de 17 para 7 dias o prazo médio de atendimento resultante da soma dos processos isolados. Para o empreendedor, isso representará economia de tempo e de gastos com deslocamentos, reconhecimento de firmas e autenticação de documentos. Esse é mais um passo para que, em breve, abertura e fechamento de empresas no Estado de São Paulo sejam realizados em até cinco dias. Essa meta integra a Política de

Passo a passo

- 1) O usuário acessa os *sites* da Jucesp e da Receita Federal, preenche e imprime os respectivos formulários
- 2) Após pagar as taxas, encaminha à Jucesp ambos os formulários, acompanhados do contrato social ou do requerimento de empresário, cópias do RG e CPF dos sócios ou do titular e demais documentos, sem a necessidade de reconhecimento de firmas e autenticação de cópias
- 3) A Jucesp analisa e defere o Nire e o CNPJ; acessa o sistema da Receita Federal e comunica o deferimento, liberando o CNPJ (publicado no *site* da Receita)
- 4) O usuário retira os documentos registrados na Jucesp

Estímulo ao Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa do Governo do Estado.

Da Agência Imprensa Oficial e Assessoria de Imprensa da Jucesp